

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA UNIVERSIDADE: UM ESTUDO SOBRE AS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS LATINO-AMERICANAS

VIOLENCE AGAINST WOMEN IN THE COLLEGE: A STUDY ON LATIN AMERICAN SCIENTIFIC PRODUCTIONS

RESUMO

As universidades têm se apresentado como um lugar de intensas violências, atingindo principalmente mulheres. Diante desse cenário, buscamos compreender quais ações as universidades da América Latina têm proposto para o enfrentamento da violência contra as mulheres. Para tanto, foi realizada uma revisão integrativa da literatura, a partir de buscas no Portal de Periódicos da CAPES e Scielo. Foram selecionados 40 artigos científicos para esta revisão. Os resultados demonstram que as universidades majoritariamente têm criado protocolos para o enfrentamento da violência, além disso, percebe-se uma intensa mobilização de mulheres a partir da formação de coletivos e a realização de denúncias em redes sociais. Compreendemos que as instituições de ensino devem se mobilizar para além da mera criação de protocolos, incluindo uma perspectiva de gênero e propiciando encontros para reflexão e conhecimento sobre a temática da violência contra as mulheres. Deve-se promover campanhas, rodas de conversa, criação de materiais educativos e informativos acerca da violência contra as mulheres no ambiente universitário. Ainda, deve-se levar em consideração que embora a violência tenha sido mais frequente em relação a estudantes, qualquer pessoa, independente do lugar que ocupa na instituição, pode estar exposta a diferentes violências.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; Universidades; Feminismo; Estudos de Gênero.

ABSTRACT

The universities have presented themselves as a place of intense violence, affecting mainly women. Given this scenario, we seek to understand what actions Latin American universities have proposed to tackle violence against women. For this purpose, an integrative literature review was carried out, based on searches in the CAPES and Scielo Periodical Portal. 40 scientific articles were selected for this review. The results show that universities have mostly created protocols to face violence, in addition, there is an intense mobilization of women through the formation of collectives and the

Janine Gudolle de Souza

Mestranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: gudolle.janine@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6477-4190>

Adriane Rubio Roso

Professora Associada na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: adriane.roso@ufsm.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7471-133X>

Ana Flavia de Souza

Mestranda em Psicologia no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: anaflaviad@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0242-0119>

making of complaints on social networks. We understand that educational institutions must mobilize themselves beyond the mere creation of protocols, including a gender perspective and providing meetings for reflection and knowledge on the theme of violence against women. Campaigns, conversation circles, creation of educational and informational materials about violence against women in the university environment should be promoted. Still, it should be taken into account that although violence has been more frequent in relation to students, anyone, regardless of their place in the institution, may be exposed to different types of violence.

Key-words: Violence against women; Universities; Feminism; Gender Studies.

Introdução

É possível pensar que a violência faz parte da história da humanidade e está presente nas diferentes formas de relações cotidianas. No entanto, a violência nem sempre foi compreendida como algo negativo e como um problema social (VIGANO; LAFFIN, 2019). A violência, por muito tempo, não era considerada uma questão a ser pensada, refletida, encarada como um problema de saúde pública, uma questão social e cultural. Sabe-se, atualmente, que a violência acontece com diferentes pessoas, de diversas nacionalidades, culturas, idades, níveis educacionais, classes, gênero e raças e está presente em uma série de espaços, sejam eles públicos ou privados.

Entendemos que a violência faz parte de nossa cultura caracterizada fortemente por relações de dominação, sendo que “todo mundo é socializado para enxergar violência como meio aceitável de controle social” (hooks, 2018, p. 76), sendo exercida tanto por homens quanto por mulheres. Por isso, conforme hooks (2018), não devemos compreender o fenômeno da violência como sempre os homens sendo os algozes e as mulheres as vítimas, mas entendê-la como resultado de nossas relações que se pautam e se justificam pela via da violência. Para podermos pensar em uma sociedade livre de violências, como aponta a autora, devemos refletir em como nós, mulheres e homens, apoiamos o uso da violência.

Entretanto, compreender a implicação de todas as pessoas no fenômeno da violência não significa negar o fato de que as mulheres vêm sendo histórica e cotidianamente violentadas nas distintas relações que mantêm com as outras pessoas e nos diferentes espaços que ocupam. A violência que acontece com mulheres foi e ainda permanece sendo pauta do movimento feminista (PINTO, 2010), o qual foi se constituindo como um movimento libertário, não só buscando um lugar para as mulheres “no trabalho, na vida pública, na educação – mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo” (PINTO, 2010, p. 16).

Foi o feminismo, movimento que pretende “acabar com sexismo, exploração sexista e opressão” (hooks, 2018, p. 16) que deu visibilidade à violência como um problema social e político, colocando em questão a violência que atinge as mulheres

(SAGOT, 2008). Por muito tempo predominou e, de certa forma, ainda predomina, uma concepção de que mulher é “sinônimo de fragilidade, devoção ao homem, competência para afazeres domésticos e dom para a maternidade” (VIGANO; LAFFIN, 2019, p. 4). Todas essas características de submissão e de não reconhecimento das mulheres como sujeito foram colocadas em xeque pelo movimento feminista, o qual entendia que tais características eram culturais, ratificadas por estruturas de poder tornando as relações hierarquizadas (VIGANO; LAFFIN, 2019).

No momento em que compreendemos que os atributos relacionados a homens e mulheres dizem de uma construção cultural e social, muitas ações podem ser tomadas e intervenções realizadas, já que tudo que é da ordem da cultura pode ser modificado. Pois, para Viganó e Laffin (2019), a violência como se entende atualmente foi fruto de constantes debates e uma construção histórica de lutas de mulheres que buscavam ter o direito de viver, trabalhar e poder circular socialmente. Percebemos que os dados sobre a violência têm focado em questões do âmbito doméstico, sobretudo nas relações amorosas e familiares, mas a violência pode ocorrer em outros espaços. Por isso, nos indagamos sobre as violências que ocorrem no âmbito público, espaço esse por excelência destinado aos homens. Assim, o que acontece quando as mulheres ocupam o espaço público, trabalhando ou estudando? Quando as mulheres ingressam nas universidades, o que acontece? Continuam sendo violentadas? Novas violências surgem a partir da inserção das mulheres no espaço acadêmico?

Valls et al. (2016) realizaram uma pesquisa sobre violência contra mulheres nas universidades espanholas. O estudo mostra que a violência contra as mulheres no ambiente universitário apresenta uma característica em comum com outras formas de violência, como ser praticada por alguém conhecido ou próximo de quem sofre a violência, não sendo exercida apenas entre e por estudantes, mas também por docentes da instituição. Podemos supor, então, que entre os limites da universidade se mimetiza a sociedade.

Na América Latina, a partir da década de 1980, o tema da violência contra as mulheres começou a ser problematizado e denunciado pelo feminismo. Embora em diferentes ritmos, todos os países começaram a se mobilizar realizando palestras, iniciando a elaboração de legislações, políticas públicas e campanhas de sensibilização (SAGOT, 2008). Em contrapartida, embora tenhamos avançado em termos de reconhecimento das violências e da criação de diversas legislações, muitas violências ainda permanecem e persistem. De maneira geral, a América Latina apresenta índices de violência alarmantes, posto que “tem menos de dez por cento da população mundial, mas produz um terço dos homicídios do mundo. Segundo as Nações Unidas, 14 dos 20 países mais perigosos do mundo estão na América Latina e no Caribe” (MISSE, 2019, p. 23).

No que tange à violência contra as mulheres na América Latina, o estudo de Fernández (2012) descreve que 45% das mulheres declaram terem sido ameaçadas pelo parceiro e entre 5% a 11% das mulheres latino-americanas identificam ter sofrido alguma violência sexual. A autora afirma que os dados trazidos apenas representam a ponta

do *iceberg*, estando ocultos por trás de um silêncio estatístico, considerando, ainda, que a violência é uma característica significativa das sociedades latino-americanas.

No Brasil, a pesquisa de Scavone (2015) disponibilizou um questionário *online* a 1.823 estudantes de graduação e pós-graduação de todo o país, sendo 60% mulheres e 40% homens. 10% das mulheres relataram espontaneamente terem sofrido violência de um homem na universidade, entretanto, quando são questionadas com uma lista de violências o número sobe para 67%, pois elas acabam reconhecendo que foram submetidas a muitas delas. Pela perspectiva dos homens entrevistados, os números mostram que 2% deles espontaneamente admitiram ter cometido algum ato de violência contra uma mulher na universidade, porém quando a lista de violências foi apresentada, 38% reconheceram ter cometido pelo menos uma delas.

Esta lista de violências foi criada através de especialistas, coletivos feministas e estudantes, formando seis grupos de violências. Dentre elas, assédio sexual (cantada ofensiva, comentários com apelos sexuais), coerção (ingestão forçada de bebidas alcoólicas, ser drogada sem conhecimento), violência sexual (estupro, ser tocada sem consentimento, ser forçada a beijar alguém), violência física (sofrer agressão física), desqualificação intelectual (desqualificação ou piadas ofensivas, ambos por ser mulher) e agressão moral/psicológica (humilhação por professores e alunos, ofensas, ser xingada por rejeitar investida, músicas ofensivas cantadas por torcidas acadêmicas, etc.) (SCAVONE, 2015).

Conforme Scavone (2015), 10% das mulheres sofreram violência física, 49% já sofreram desqualificação intelectual, 63% admitem que não reagiram quando sofreram alguma violência e 53% das mulheres já sofreram assédio sexual. A maioria das mulheres e homens acredita que a temática da violência contra a mulher deveria ser incluída nos currículos acadêmicos e que a universidade deveria criar mecanismos para punir os homens que cometem violência contra a mulher na instituição. Bellini (2018) constatou que não existe uma legislação brasileira sobre o assunto, sendo que nos estudos internacionais há um enfoque maior na violência sexual e nos estudos brasileiros na violência física. Destaca a dificuldade de reconhecer a violência dentro da universidade, as diferentes maneiras que ela pode se dar nas relações cotidianas, o impacto de sofrer violência acarretando em dificuldades para a vida pessoal e profissional.

Considerando que a América Latina se configura como uma das regiões mais desiguais no que se refere às questões de gênero, como as universidades lidam com as violências que surgem neste contexto? Que ações são feitas para lidar com a violência nesse ambiente? Neste artigo, pensaremos sobre as violências contra as mulheres presentes no ambiente universitário, tendo como objetivo compreender quais ações as universidades da América Latina têm proposto para o enfrentamento da violência contra as mulheres. Tal ambiente é entendido por muitos como um local em que não haveria qualquer forma de violência, por tratar-se de um espaço de pessoas privilegiadas intelectualmente (ALMEIDA, 2017; PORTO, 2017). Entretanto, sabemos que a universidade, assim como tantos outros locais fora do âmbito doméstico,

está dentro de uma sociedade, a qual tem valores, entendimentos, representações e preconceitos atravessados pela misoginia, isto é, o ódio direcionado às mulheres.

Método

Como recurso metodológico, utilizamos a revisão integrativa de artigos científicos (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008; SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010) a qual se propõe a reunir e sistematizar o conhecimento sobre um tópico de pesquisa. Tal revisão é composta por seis fases: 1) elaboração das questões da pesquisa e objetivos; 2) busca na literatura; 3) categorização dos estudos; 4) análise dos estudos incluídos; 5) interpretação e discussão dos resultados; 6) apresentação da revisão integrativa (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008). Este tipo de revisão contribui para compreender “o conhecimento atual sobre uma temática específica, já que é conduzida de modo a identificar, analisar e sintetizar resultados de estudos independentes sobre o mesmo assunto” (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010, pp. 103-104).

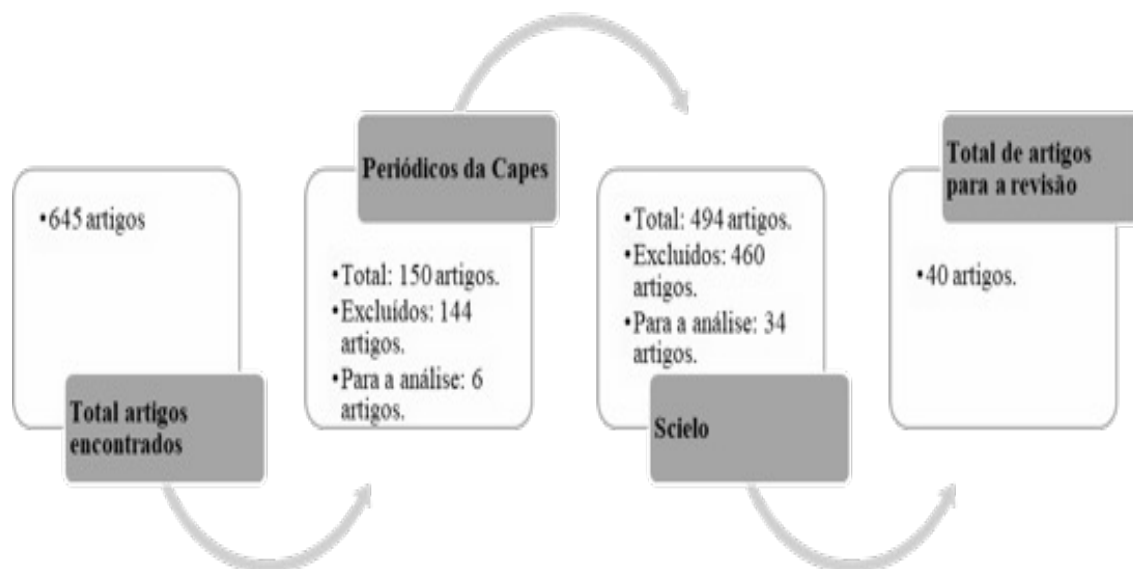
A busca dos artigos desta revisão foi realizada em junho de 2020. Inicialmente, utilizou-se como mecanismo de busca o Portal de Periódicos da CAPES, por tratar-se de uma base de dados diversificada e com uma variada indexação de revistas científicas. Posteriormente, com a intenção de ampliar a amostra de estudos para a análise, foram realizadas buscas no Portal Scielo. A busca se deu com o cruzamento dos seguintes descritores com o uso do operador booleano AND: “violência”, “violência contra as mulheres”, “violência de gênero”, “faculdades”, “universidade”, “universidades”. Os mesmos descritores também foram buscados em inglês e espanhol. Ressaltamos que estudos têm apontado uma lacuna de conhecimento sobre o assunto e a necessidade de investigações aprofundadas (BELLINI, 2018; PORTO, 2017; SOUZA, FRANÇA; PEREIRA, 2020). Percebe-se então que o tema pouco tem sido tratado pela comunidade científica, devido a isso, o ano de publicação não foi considerado como critério.

Os critérios de inclusão foram: tratar sobre a violência contra as mulheres que acontecem no ambiente universitário; pesquisa realizada na América Latina; tratar-se de artigo científico, estar escrito em português, inglês ou espanhol. Foram excluídos artigos científicos que tratavam sobre violência contra mulheres com a população universitária, porém não focavam em violências ocorridas dentro do contexto acadêmico. Artigos que se apresentaram em mais de uma base de dados foram considerados apenas uma vez. A seleção dos artigos baseou-se na leitura de títulos e resumos para, posteriormente, serem lidos na íntegra pela equipe de pesquisa. Os resultados da pesquisa foram discutidos a partir de estudos feministas e outras pesquisas realizadas sobre violência contra mulheres no contexto universitário.

No Portal de Periódicos da CAPES foram encontrados 150 artigos, sendo excluídos 144, totalizando para nosso estudo 06 artigos. Já no Portal Scielo, das diferentes formas de cruzar os descritores já mencionados, foram encontrados 494 artigos, sendo que destes 460 foram excluídos de acordo com os critérios de inclusão e exclusão, dessa

forma, com esta base obtivemos 34 artigos para serem lidos integralmente. Assim, a partir das duas bases de dados analisadas, foram encontrados 40 artigos para compor a revisão. Na tabela 1, pode-se visualizar a seleção.

Tabela 1: Esquema de seleção de artigos



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Resultados

Dos artigos encontrados, 28 tiveram como foco principal de estudo ações nas universidades ou então apontaram ações necessárias para o enfrentamento das violências. Os dados demonstram que tem sido predominante a criação de protocolos nas instituições de ensino superior. Outras ações consistem em assistência psicológica e jurídica, criação de comitês sobre gênero e programas contra a violência. Há ainda constantes demandas na modificação dos planos de estudos, para que sejam incluídas disciplinas que tratem sobre gênero e violência. Além disso, demonstram uma intensa mobilização de mulheres universitárias formando coletivos, o que tem acarretado em importantes modificações nas instituições. Destaca-se uma necessária modificação de condutas e valores sociais de toda a comunidade acadêmica.

Mobilização institucional: a criação de protocolos, programas e comissões nas universidades

Na Argentina, muitas universidades têm criado protocolos para enfrentar as violências (VÁZQUEZ LABA, 2017). Especificamente na Universidade Nacional de San

Martín, foi criado o “Protocolo para la Actuación de Situaciones de Discriminación y/o Violencia de Género” (VÁZQUEZ LABA, 2017; VÁZQUEZ LABA; PALUMBO, 2019). Esta foi a quarta universidade a elaborar um protocolo, precedida pela Universidade Nacional del Comahue em 2014, pela Universidade Nacional da Prata em 2015 e pela Universidade Nacional de Córdoba, também em 2015.

Embora haja desde 2014 uma intensa mobilização das universidades, aquelas que de fato implementam ações são poucas, comparadas com a totalidade de instituições existentes na Argentina, como salientam Vázquez Laba e Palumbo (2019). Conforme dados trazidos pelas autoras, o número de instituições que estão se mobilizando trata-se de 15% das universidades argentinas, essa porcentagem sugere que há uma relutância por parte das instituições em reconhecer as violências neste espaço. No mesmo país, a pesquisa de Blanco e Spataro (2019) ressalta que a Universidade de Buenos Aires não ficou alheia às mudanças no que tange ao reconhecimento de violências nas universidades. A Universidade implementou um protocolo em 2015 denominado “Protocolo de acción institucional para la prevención e intervención ante situaciones de violencia o discriminación de género u orientación sexual”.

Blanco e Spataro (2019) e Ortmann (2016) destacam a criação da “Red Interuniversitaria por la Igualdad de Género y Contra las Violencias”, em 2015, na Argentina, e a implementação de protocolos de ação. A Rede se constitui a partir da união de diferentes universidades buscando uma ação coletiva frente às violências presentes na universidade (VÁZQUEZ LABA, 2017). Ortmann (2016) também descreve a “Red Equality”, a qual reúne mais de vinte universidades europeias e latino-americanas, como sendo um passo importante para colocar o tema da violência em questão, avançar na conquista de direitos e problematizar as desigualdades existentes.

Vázquez Laba (2017) relata uma pesquisa na Universidade de San Martín, na Argentina, onde se percebe diferentes ações propostas pelo “Programa contra la violencia de género”, mostrando o quanto a universidade tem se comprometido no enfrentamento da violência. Tal Programa atende e intervém em casos de violência tanto da universidade quanto casos da região. É considerado pioneiro, pois foi o primeiro a assessorar casos internos de violência da universidade, assim como casos externos. A autora destaca que esse programa, contra o assédio sexual e a favor da igualdade de gênero, deve ser implementado em outras universidades (VÁZQUEZ LABA, 2017). Este Programa também é discutido por Vázquez Laba e Palumbo (2019), as quais destacam que o mesmo foi implementado após a ocorrência de um duplo feminicídio, de uma estudante universitária e sua mãe. Desde a criação do Programa em 2013, têm sido frequente relatos de casos de violência psicológica.

No México, embora se tenha criado políticas públicas para enfrentar as violências contra as mulheres desde 1995, a violência nas universidades é um fato pouco reconhecido e estudado. Aos poucos, percebe-se que as universidades mexicanas têm se mobilizado para prevenir e erradicar a violência de gênero (BARRETO, 2017; SÁNCHEZ et al., 2017). Barreto (2017) relata que na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) não há ainda um protocolo a ser seguido quando acontecem violências sexuais. Echeverría et al. (2018) ao estudarem o assédio sexual sofrido por

estudantes universitários mexicanos concluem que é necessária a implementação de um protocolo, em que se tenha mecanismos para atenção às vítimas e formas que facilitem as denúncias na universidade, como meios eletrônicos.

Entretanto, Gamboa Solís (2019) ao analisar protocolos em universidades mexicanas relata que estes não têm promovido mudanças. A autora apresenta uma reflexão sobre o assédio sexual nas instituições a partir da análise da implementação de um protocolo contra a violência de gênero na Universidade Michoacana de San Nicolás de Hidalgo (UMSNH). Tal protocolo foi aprovado em 2017 e denomina-se “Protocolo para la Prevención, Actuación y Erradicación de la Violencia de Género”. Há indagações realizadas sobre os protocolos, se estariam realmente sendo efetivos, a quem e para quem. O panorama antes e depois do protocolo implementado se mantém semelhante, dessa forma, o protocolo não está sendo eficaz para combater o assédio sexual e nem promove uma maior segurança para mulheres afetadas, ou seja, não está cumprindo seu propósito.

Bustamante (2019) realizou uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso em cinco universidades colombianas, sendo elas a Universidad Nacional de Colombia (UN), Universidad de los Andes (los Andes), Pontificia Universidad Javeriana (PUJ), Universidad de Antioquia (UdeA) e Universidad Industrial de Santander (UIS). A pesquisa buscou indagar sobre os coletivos de cada universidade e ainda foram realizadas entrevistas semiestruturadas. A pesquisa também buscou entender a implementação de protocolos sobre violências nas universidades estudadas.

Na Colômbia, a Lei 1257 de 2008 estabelece normativas para garantir às mulheres uma vida sem violência, com obrigações para o Ministério de Educação Nacional, de acordo com Bustamante (2019). Em 2018, a Corte Constitucional organizou orientações a serem seguidas pelas instituições de ensino superior como: obrigações das instituições em relação a casos de assédio moral, violência sexual ou de gênero e normas para atenção a casos de discriminação em razão de sexo e gênero contra estudantes ou docentes. Ramírez (2019) traz que na Universidade Nacional da Colômbia, em 2012, foi feito um acordo e criada uma Política de Equidade de Gênero e Igualdade de oportunidades para homens e mulheres na universidade. Um dos principais pontos da Política é a atenção e a prevenção das violências de gênero e sexuais.

Entretanto, são poucas as instituições na Colômbia que de fato adotam as medidas estabelecidas nas legislações para enfrentar as violências contra mulheres dentro da universidade. As principais medidas institucionais realizadas pelas universidades são os protocolos, os quais não são suficientes para erradicar as violências, porém definem as ações, responsáveis e procedimentos a serem adotados. Tudo aquilo que vem sendo adotado pelas universidades demonstra que há uma mudança ocorrendo nas instituições, devido ao feminismo, a denúncias que se tornam visíveis através dos meios de comunicação e à mobilização dos coletivos estudantis feministas (BUSTAMANTE, 2019).

Ramírez (2019), ao pesquisar especificamente a UN, descreve que, em 2017, foi instituído um “Protocolo de Atención y Prevención”. Colocar em prática este protocolo, conforme a autora, revela certas falências institucionais no enfrentamento de violências.

A implementação desse Protocolo é pioneira na Colômbia, sendo realizada a partir de uma iniciativa da instituição com várias oficinas feitas pela Direção, representantes estudantis e organizações feministas. No entanto, a autora alerta para o fato de que ainda falta muito para a implementação concreta e também eficiente do protocolo criado.

Sánchez et al. (2017), a partir de uma pesquisa realizada no México, destacam como uma ação importante no combate às violências a criação de um Comitê de Equidade de Gênero. Um comitê poderia realizar constantes levantamentos sobre os casos de violência, contribuindo com ações e propondo uma equidade de gênero dentro da instituição. Na universidade da Colômbia pesquisada por González-Gómez et al. (2016) há um Comitê de Convivência Laboral, entretanto, este não oferece procedimentos que possam orientar quais caminhos seguir diante de violências.

Já no contexto chileno, Sandoval Obando e Peña (2019) realizaram uma pesquisa em uma universidade privada. Os autores pontuam que há uma série de dispositivos legais que perpassam o funcionamento das instituições de ensino superior no país. Tais como: Ley 20.066 de Violencia Intrafamiliar (2005); Ley 20.005 que Tipifica y Sanciona el Acoso Sexual (2005); Ley 18.834 sobre Estatuto Administrativo (2005); Ley General de Educación 20.370 (2009); Ley 20.529 del Sistema Nacional de Aseguramiento de la Calidad de la Educación (2011); Ley de Inclusión Escolar 20.845 (2015) e Comisión de Género para la Educación Superior (2018). Também foi criada, na universidade pesquisada, a Política de Prevención y Denuncia de casos de Acoso Sexual, Laboral y Discriminación Arbitraria (SANDOVAL OBANDO; PEÑA, 2019). Diferentemente do que foi apontado na pesquisa de Vázquez Laba e Palumbo (2019), 78% dos participantes da pesquisa de Sandoval Obando e Peña (2019) não conhecem totalmente a Política criada na instituição.

No contexto brasileiro, Maito et al. (2019) relatam a formação de uma Comissão para Apurar Denúncias de Discriminação, Assédio e Violência Contra Mulheres e de Gênero, no campus da Universidade de São Paulo (USP) da cidade de Ribeirão Preto. Essa comissão produziu um documento denominado “Diretrizes gerais para as ações institucionais de intervenção em situações de violência e discriminação de gênero e orientação sexual”. O documento explica sobre procedimentos que devem ser seguidos no enfrentamento da violência, apresenta princípios norteadores, bem como a competência das comissões de gênero e direitos humanos das universidades.

Assistências necessárias e a inserção da perspectiva de gênero na instituição

Na pesquisa de González-Gómez et al. (2016), os participantes reconhecem a importância de uma rota de atenção dentro da universidade para quem sofre alguma violência. Criar uma rota de atenção abre espaços para compreender a violência de forma interdisciplinar e com critérios de integralidade, bem como deve-se analisar quais instâncias devem participar do manejo de casos de violências. O mesmo é

reconhecido pelos docentes entrevistados por Guerrero, Rodríguez e Arias (2017), que propõem as seguintes rotas: identificar as situações de violência; dar conhecimento dos casos para órgãos internos da instituição; estes órgãos devem investigar os casos, buscando uma solução para quem sofreu e também oferecer uma atenção integral.

Na modalidade de atenção descrita por Vázquez Laba (2017), primeiramente, é realizada uma entrevista para entender como se dará o assessoramento jurídico e/ou psicológico. Essa entrevista busca compreender qual violência ocorreu, a urgência, os riscos e as queixas de quem solicita ajuda. Há um trabalho articulado com um centro de atenção psicológica dentro da universidade, para onde são realizados alguns encaminhamentos. Sandoval Obando e Peña (2019) mostram que 22% dos participantes de sua pesquisa reconhecem a necessária ampliação de estratégias de proteção e acompanhamento para quem sofre violência. Ainda, 19% dos participantes entendem que é preciso melhorar os procedimentos para realização de denúncia institucional.

Além de assistências necessárias para o cuidado relativo à violência, torna-se pertinente a inserção da perspectiva de gênero na instituição. González-Gómez et al. (2016) que pesquisaram a violência de gênero na universidade a partir da visão dos administrativos sugerem a possibilidade de propostas para a inclusão de políticas de gênero dentro da instituição, por meio de um Projeto Educativo Institucional. Ávila e Garrido (2016) concluem que só é possível erradicar a violência de gênero dentro das universidades com a institucionalização de uma perspectiva de gênero em todo o âmbito universitário, o mesmo defendido por Ibarra et al. (2019) e também demonstrado pelos participantes da pesquisa de Sandoval Obando e Peña (2019).

As universidades podem ser um espaço de reprodução de sexismo e racismo. Por isso, é necessária uma reforma dos planos de estudos nas instituições, apresentando uma perspectiva de interseccionalidade e interculturalização dos conteúdos oferecidos (GUZMÁN; LOANGO, 2019). Já Blanco e Spataro (2019) analisaram as visões de estudantes da Universidade de Buenos Aires, na Argentina, sobre estratégias institucionais para erradicar violências sexistas. Foi possível compreender que há demanda por uma perspectiva de gênero na formação acadêmica, com disciplinas sobre o assunto, processos de formações, bem como atividades extracurriculares. O conhecimento sobre gênero deve se dar de forma transversal e integral na prática de docentes.

Guerrero, Rodríguez e Arias (2017) entendem que para prevenir a violência de gênero é necessário que haja informações a respeito do tema para estudantes, técnicos e docentes, já que existe uma falta de conhecimento e compreensão sobre a dimensão dessa problemática, havendo uma aceitação social da violência. Os docentes entrevistados propuseram, ainda, que se inclua nos planos de estudos, de diferentes formações, discussões sobre violência de gênero, para que haja um reconhecimento e quais são os tipos existentes. Além de aspectos sobre a formação, é necessário investigações e produção científica sobre o tema (VÁZQUEZ LABA, 2017). García (2019) reconhece que o próprio processo de investigação sobre violência de gênero constitui-se como oportunidade para refletir e desnaturalizar as violências por parte de quem participa.

López-Molina e Vázquez-Guerrero (2018) realizaram uma busca em documentos de uma universidade mexicana, bem como entrevistaram diretores de cargos elevados da instituição. A análise dos documentos institucionais mostra que os temas sobre gênero não estão colocados como pontos principais. A partir dos testemunhos dos participantes da pesquisa comprova-se que não há um programa específico que busque a promoção de ações ou que siga normativas sobre equidade de gênero, discriminação e violência de gênero dentro da universidade.

A partir disso, destacam que é necessário trabalhar de forma intensa em intervenções que possam modificar o imaginário da universidade pública (LÓPEZ-MOLINA; VÁZQUEZ-GUERRERO, 2018). 33% dos participantes da pesquisa de Sandoval Obando e Peña (2019) reconhecem que é necessária uma promoção de perspectiva de gênero com os acadêmicos assim como a geração de oficinas e seminários para abordar a temática. É preciso criar um currículo antirracista, assim como incorporar análises que compreendam as condições étnicas de estudantes (BERMÚDEZ-URBINA, 2014).

Na pesquisa de Guerrero, Rodríguez e Arias (2017), os docentes entrevistados descreveram que é preciso oferecer fóruns, seminários, mensagens em rádios, revistas, programas de televisão sobre a violência de gênero. González-Gómez et al. (2016) também entendem que como prevenção para as manifestações de violência se proponham estratégias com o uso da comunicação, por meio da televisão, oferecendo oficinas, criando cartilhas e realizando campanhas para que pessoas de diferentes segmentos populacionais possam ser informadas e se sensibilizem com a problemática.

Além disso, foi evidenciado nos estudos a necessidade de promover campanhas (GONZÁLEZ-GÓMEZ; ZUTTA-ARELLANO; PERUGACHE-RODRÍGUEZ, 2016; VÁZQUEZ LABA, 2017) que facilitem o reconhecimento dos diferentes tipos de violência existentes dentro do contexto universitário e que possam mostrar reflexões acerca da diversidade sexual e dos papéis de gênero. O mesmo é destacado por Bermúdez-Urbina (2014), a qual entende que é fundamental cursos, oficinas e eventos, além de mecanismos de sensibilização (MORENO REALPHE et al., 2015).

Ações de mulheres em coletivos e modificação de valores e condutas

González (2019) analisou, a partir de entrevistas com sete mulheres, uma forma de protesto feminista denominado “*escrache*” realizado por um coletivo feminista e universitário conhecido como “Red No Están Solas” (REDNES) da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). *Escrache* se configura como uma denúncia de violência de gênero realizada socialmente. Esse é um nome dado para uma manifestação que busca tornar fatos conhecidos pela opinião pública, sendo utilizado na Argentina, Uruguai e Espanha (BARRETO, 2017). A necessidade de tornar uma denúncia pública é gerada justamente por falta de apoio institucional.

Tal prática de denúncia também é apontada por Blanco e Spataro (2019) e Barreto (2017), estas denúncias não são formalizadas nos canais da instituição, mas nos espaços

públicos e/ou redes sociais. Em muitos casos, divulga-se o nome da pessoa denunciada, a situação de violência ocorrida e o nome da pessoa que foi afetada. A denúncia tornada pública é compreendida como uma forma de luta pelo reconhecimento das mulheres que sofrem violência de gênero na universidade, fazendo frente ao silêncio institucional (BARRETO, 2017; BLANCO; SPATARO, 2019). A intensa mobilização de estudantes, observada na pesquisa de Michetti e Mettenheim (2019), demonstra que o principal motivo de surgir movimentos de mulheres e inserir na universidade o debate sobre violência relaciona-se às redes sociais.

No relato de uma participante do estudo de Barreto (2017) é possível perceber que a prática do *escrache* trouxe consequências positivas para a estudante, obtendo justiça social e reparação dos danos. Além disso, ao denunciar publicamente a violência sofrida, a estudante obteve apoio de muitas mulheres e também de homens. Outra estudante participante do estudo relatou que após a denúncia pública em uma rede social, recebeu muitas mensagens de ajuda e suporte jurídico. Em ambos os casos, pode-se perceber o quanto o apoio estudantil é significativo, pois contribui para fortalecer mulheres que sofrem violência.

A prática da denúncia pública também é analisada por Ávila (2018), que descreve um caso de violência sexual de uma estudante de pós-graduação ocorrido na UNAM, demonstrando como o testemunho do caso ao ser divulgado gerou uma reparação individual e coletiva e denunciou o tratamento inadequado realizado pela instituição. Os testemunhos denunciados publicamente, “adquieren mayor eco en notas periodísticas y divulgación en redes sociales, y muestran que el objetivo de las afectadas es encontrar en alguna medida de acceso a la justicia y garantías de reparación del daño” (ÁVILA, 2018, p. 218). Com a divulgação do caso de violência sexual, houve uma sensibilização da comunidade acadêmica e também da opinião pública, resultando na expulsão do estudante que cometeu a violência (ÁVILA, 2018).

Na Universidade Nacional da Colômbia, o movimento feminista vem crescendo, cada vez mais estudantes se organizam a partir de iniciativas e ações. As estudantes são agentes centrais na identificação e visibilização das problemáticas de gênero dentro da universidade, denunciando casos e práticas sexistas. Além disso, têm surgido grupos de estudantes que buscam promover reflexões sobre as masculinidades, objetivando transformações por meio de grupos de estudos, fóruns e atuações junto ao movimento feminista. Em muitos casos, a instituição não sabe o que fazer a respeito da violência, por isso, entende-se que apoiar os grupos estudantis e suas ações pode ser uma importante estratégia institucional (RAMÍREZ, 2019).

Além da mobilização intensa de estudantes, Peñaranda (2019) destaca o surgimento, em 2018, de uma Rede de Professoras na Universidade Nacional da Colômbia. Esta rede se configura como um espaço para discussões, propostas de ações, encontros entre docentes ativas da universidade. Seu surgimento demonstra a importância da construção de laços na comunidade acadêmica, contribuindo na tomada de posição contra o assédio sexual presente na universidade. A união das mulheres, tanto estudantes quanto professoras, demonstra que as mulheres padecem de diferentes formas de violência independente do lugar que se ocupa na instituição.

Álvarez e Pedraza (2019), em seu estudo em uma universidade pública do Chile, destacam que existem pelo menos dez coletivos de mulheres, dentre elas estão jovens, universitárias e profissionais. As assembleias de mulheres foram criadas para que as mulheres sejam capacitadas, reconheçam as violências e façam denúncias, tornando-se um mecanismo de ação coletiva, com importante reconhecimento público. É necessária a intensa mobilização das mulheres nas universidades, Sandoval Obando e Peña (2019) reconhecem que, nas instituições, há um androcentrismo universitário. O androcentrismo universitário é um conjunto de dinâmicas relacionais, que são aprendidas socialmente, e que privilegiam o masculino como sendo o pilar da sociedade. Assim, nas palavras dos autores, a construção histórica e social “perpetúa la invisibilización de las mujeres y de su mundo, validando el abuso de poder, las asimetrías jerárquicas, la discriminación y la violencia en contra de las mujeres, al interior del espacio y tiempo universitario” (SANDOVAL OBANDO; PEÑA, 2019, p. 66).

No Brasil, d’Oliveira (2019) alerta que o reconhecimento da violência de gênero na universidade e sua visibilidade é recente, assim como o surgimento de coletivos feministas de mulheres estudantes. Os grupos formados por estudantes passaram a problematizar a violência de gênero no meio universitário por meio de campanhas, manifestações, grupos de estudos, dentre outras estratégias (MICHETTI; METTENHEIM, 2019). No Brasil, houve criação de um coletivo denominado “Rede Não Cala” na Universidade de São Paulo (USP), formado por estudantes, professoras e pesquisadoras. O movimento tem buscado mobilizar a instituição diante de suas obrigações legais, promove reflexões, debates e campanhas. São feitas ainda discussões anuais no início de cada semestre em diferentes unidades de ensino da instituição (D’OLIVEIRA, 2019).

Ávila e Garrido (2016) afirmam que só será possível a erradicação da violência de gênero com a modificação de valores e crenças de todos aqueles envolvidos com as instituições. Torna-se fundamental modificar condutas e valores, bem como promover encontros que propiciem conhecimento sobre as violências e gênero. No estudo de González-Gómez et al. (2016) houve confusão dos participantes entre o conceito de gênero e orientação sexual, o que pôde ser modificado ao longo dos encontros propostos pela pesquisa. Os autores também propuseram conversar sobre o conceito de violência de gênero.

Ortmann (2016) destaca que um primeiro desafio para tratar sobre a problemática da violência consiste em identificar os episódios a partir de um olhar para a dinâmica patriarcal que, historicamente, legitima a violência contra as mulheres. É preciso um amplo processo de desnaturalização da violência, compreendendo a dominação masculina, a segregação e a exclusão das mulheres. Para além de legislações, normas, procedimentos e orientações deve-se ter em mente que o fenômeno da violência não é um fenômeno isolado, mas que está instaurado em relações sociais desiguais que se perpetuam ao longo da história (GUERRERO; RODRÍGUEZ; ARIAS, 2017).

Michetti e Mettenheim (2019) refletem sobre a imbricação entre transformações discursivas e mudanças práticas, ou seja, mudanças discursivas impulsionam mudanças nas práticas. As autoras destacam ainda que as mudanças não ocorrem de forma

linear, uma vez que há avanços e retrocessos constantes dentro das instituições, “essas dinâmicas podem ser compreendidas como jogos de ação e reação, disputas por saberes e representações, baseados nas posições que os diferentes agentes e instituições ocupam nesse campo” (MICHETTI; METTENHEIM, 2019, p. 20).

Os cenários em que a violência ocorre são diversos e incluem trotes, viagens de trabalho e repúblicas (D’OLIVEIRA, 2019). Michetti e Mettenheim (2019) mostram que existem três espaços principais em que se reproduzem a violência simbólica, em eventos esportivos de faculdades do Estado de São Paulo: alojamentos, jogos e festas, ônibus que realiza a locomoção para as atividades festivas. Ao encontro disso, Marin et al. (2008) trazem que o trote universitário pode ser considerado uma possibilidade de expressão violenta. Na pesquisa, 63% dos homens entrevistados e 80,6% das mulheres relataram ter sofrido algum constrangimento no trote, além disso, a maioria dos homens considera o trote de leve a moderado, e as mulheres o consideram mais pesado. Os autores referem que tais resultados demonstram a lógica de uma hierarquia de gênero presente nas instituições.

As mulheres presentes nas universidades, a partir do feminismo, têm contribuído para modificar a cultura universitária (VÁZQUEZ LABA, 2017). O que também é apontado por Guarderas et al. (2018) em estudo no Equador. Os autores afirmam que a delimitação feminista para compreender o assédio sexual na universidade é fundamental, já que tal embasamento consiste em tornar explícitas as relações de poder existentes neste espaço. Para Vázquez Laba e Palumbo (2019) o assédio sexual é uma manifestação do sexismo profundamente enraizado em nossa cultura patriarcal. As autoras relatam que embora este seja um problema antigo, tem sido uma pauta relativamente nova nas agendas educacionais, de trabalho e feministas. Ainda, diz que já era hora das universidades se mobilizarem, contribuindo para despertar uma consciência crítica da sociedade e na erradicação do sexismo.

Mingo e Moreno (2017) reconhecem que uma das formas de combater o sexismo presente nas instituições se dá pelo uso da palavra, da própria voz, na construção de uma narrativa, tornando visíveis os direitos de cada um. Ademais, deve-se buscar uma recomposição das relações sociais e uma ruptura com as normas de gênero presentes nas sociedades. As universidades necessitam encarar com seriedade seus dispositivos, suas ações e seus preconceitos (BUQUET; MINGO; MORENO, 2018). Deve ser considerada como prioridade a erradicação da violência de gênero em todas as suas formas possíveis dentro do espaço universitário, como sinalizam Vázquez Laba e Palumbo (2019). As autoras concluem que as estratégias desenvolvidas como protocolos e outras iniciativas só serão de fato eficazes se acompanhadas de importantes mudanças de conscientização. Outras conclusões apontadas referem-se à utilização de abordagens abrangentes para lidar com as violências, e não abordagens com caráter punitivo e/ou estigmatizante. É necessária muita criatividade, mas, especialmente vontade política para estabelecer recursos e programas (RAMÍREZ, 2019).

Discussão

“Qual deve ser o compromisso das Universidades contra a violência de gênero? Como eles devem lidar com situações de assédio sexual? O que deve ser feito para construir universidades livres de violência de gênero?”. Esses são os questionamentos que dão início ao texto de Vázquez Laba (2017, p. 14, tradução nossa) e que também se apresentam nesta revisão. Uma das possibilidades que vem sendo utilizada para enfrentar as violências é a implementação de protocolos¹, como se observa nos resultados encontrados na análise dos artigos. Diante dos dados analisados, destacamos que as universidades têm se mobilizado nos últimos anos para criar mecanismos de proteção em relação às violências presentes na vida acadêmica. Percebe-se uma movimentação maior em países como Argentina, México, Colômbia e Chile. Não havendo, na busca realizada, artigos científicos sobre a criação de protocolos no contexto universitário brasileiro. Neste país, somente o texto de Maito et al. (2019) relata a formação de uma comissão para criação de documentos sobre a problemática.

Tais resultados vão ao encontro do estudo de Zurbano-Berenguer, Gordillo e Berenguer (2019). As autoras buscaram compreender as diferenças e semelhanças existentes nas normativas legais sobre violência contra as mulheres na América Latina e no Caribe. Em uma escala jurídico-conceitual sobre as legislações latino-americanas, México e Bolívia encontram-se na melhor posição, por apresentarem mais formas de manifestação de violências e ambientes de perpetrções, entre outros aspectos. Colômbia e Argentina também se encontram neste quadrante de melhores legislações. Brasil e Chile estariam na posição intermediária. As autoras trazem que o Brasil apenas faz alusão a uma relação desigual de poder entre os sexos, não se preocupando com a possibilidade de ocorrência das violências em âmbitos públicos como laboral, estatal, social e educativo.

Ainda, ao analisar as áreas ou agentes que estão incluídos nas regulamentações latino-americanas obteve-se que a área doméstica teve maior abrangência em todas as legislações com 100% de presença no textos legais, seguido de laboral (31%), estatal (28%), social (24%) e educacional (21%). Isto é, ao olhar para as legislações da América Latina percebe-se que a área educacional praticamente não está presente no que se refere às legislações relacionadas às violências contra as mulheres (ZURBANO-BERENGUER; GORDILLO; BERENGUER, 2019).

Entendemos que a mera criação de legislações, protocolos, comissões, programas ou comitês não tem sido suficiente, embora saibamos da importância de mecanismos legais para o combate à violência, podendo ser o primeiro passo para que a discussão sobre violência seja aprofundada, mas sua mera existência não implicará mudanças nas instituições e pessoas. Nos parece, num primeiro momento, que as universidades criam protocolos para justificarem, de certa maneira, que a instituição apresenta um

¹ Entende-se por protocolos instrumentos normativos que objetivam uma “intervenção técnica e social, que orientam os profissionais na realização de suas funções e têm como base os conhecimentos científicos e práticos do cotidiano, adequando-se à realidade e favorecendo a continuidade administrativa e gerencial” (VIEIRA et al. 2016, p. 3958).

mecanismo de proteção. A implementação dos protocolos parece ocorrer mais de uma forma reativa do que proativa (GUINOT, 2020). No entanto, pouco se aprofunda na busca por, realmente, investigar os acontecimentos violentos nas instituições e implementar, de forma efetiva, o protocolo criado.

Valls et al. (2007) descrevem estratégias para superar a violência de gênero nas universidades, através de uma análise de investigações internacionais, com o objetivo de transformar o clima universitário, o qual tem sido de discriminação para as mulheres. As estratégias são: educação sobre violência de gênero para que estudantes revejam suas concepções sexistas; prevenção de relações pessoais não saudáveis; interações e empoderamento pela via do diálogo; apoio à quem sofre violência; solidariedade entre mulheres; implicação das instituições tanto para possibilitar a denúncia quanto para pensar um trabalho preventivo; campanhas de conscientização para toda a comunidade acadêmica.

Nos últimos anos, em muitos lugares do mundo, têm acontecido diferentes mobilizações, especialmente de mulheres jovens, contra condutas consideradas de domínio, superioridade, menosprezo e controle em relação às mulheres. Estas mobilizações, unidas a uma progressiva consciência sobre a violência sexista, anuncia uma mudança social (MORENO; MINGO, 2019). O feminismo tem sido um motor decisivo para o acontecimento das mudanças presentes em nosso cotidiano, nas palavras das autoras, “el cambio social al que nos estamos refiriendo tiene que ver con la medida en que la relación entre los sexos parece estar perdiendo uno de sus puntales más importantes: la complacencia o resignación con que muchas mujeres habían asumido su lugar de inferioridad” (MORENO; MINGO, 2019, p. 17). Há, então, uma não aceitação de condutas antes consideradas como fazendo parte dos ambientes sociais.

Há uma intensa mobilização de estudantes mulheres dentro do contexto universitário, uma vez que as mesmas estão mais expostas às diferentes formas de violências (MORENO-CUBILLOS; SEPÚLVEDA-GALLEGO; RESTREPO-RENDÓN, 2013). Huerta Mata (2019) entende que promover espaços coletivos para as mulheres pode contribuir no fortalecimento da autonomia, podendo gerar modificações culturais que garantam a inserção das mulheres na universidade com dignidade. Na criação de espaços coletivos torna-se importante um embasamento que os torne fortalecidos. Para Bustamante (2019), o feminismo tem sido um marco de interpretação sobre a violência contra as mulheres na universidade. Nos coletivos os discursos e também as ações relatadas demonstram o apontamento do patriarcado como a raiz das violências, além de entenderem como sendo uma problemática dos direitos humanos e uma intensa reivindicação por uma educação que seja de qualidade.

Guinot (2020) analisou reportagens sobre assédio sexual nas universidades privadas e públicas do México no período de 2004 a 2018. Como resultado, obteve 171 notícias sobre o tema, sendo que destas 109 (63,7%) correspondem aos dois últimos anos da pesquisa, 2017 e 2018. Isso sinaliza, conforme demonstra a autora, que tem havido uma mudança nas condições estruturais culminando na propagação de uma cultura da denúncia, pois o que antes era silenciado, aos poucos, tem se tornado público.

Soma-se a isso o entendimento de que o uso dos meios de comunicação para realizar uma denúncia pública tem sido um coadjuvante que permite inserir a problemática da violência na agenda pública.

O uso intenso de recursos da internet e das redes sociais juntamente a diversas manifestações de rua têm caracterizado a chamada “quarta onda” do movimento feminista (PEDRO; BARLETTTO, 2019). Compreender, atualmente, as mobilizações feministas consiste em considerar o que as novas tecnologias representam, visto que as formas de ação por meio das redes sociais são um elemento central de conexão entre as mulheres, como salienta Cerna (2020). Os coletivos, conforme Cerna (2020), apresentam uma lógica dual, pois impõem uma transformação social a partir dos princípios feministas e articulam estratégias políticas exigindo mecanismos formais das instituições. Dessa forma, a partir das intensas mobilizações nos últimos anos, unidas às tecnologias, entende-se que “la denuncia y la protesta se amplifica en el ciberespacio” (CERNA, 2020, p. 145).

A dificuldade para denunciar faz parte da violência de gênero “seja pela culpabilização das vítimas que o judiciário reproduz, pelo medo de exposição ou pela falta de estrutura para encaminhar a denúncia” (MICHETTI; METTENHEIM, 2019, p. 21). Ainda, entende-se que o sexismo restringe a capacidade de ação das mulheres, sendo assim, denunciá-lo costuma ser desgastante, cansativo e até mesmo perigoso. O ato de denunciar só será bem-sucedido na medida em que haja um combate às violências e uma supressão da cultura do silenciamento, como afirmam Mingo e Moreno (2015). Echeverría et al. (2018) destacam que deve haver acompanhamento psicológico e jurídico para quem sofre assédio sexual. No entanto, Peñaranda (2019) demonstra que há uma intensa diminuição no financiamento para serviços de acompanhamento psicológico e jurídico, o que acaba por produzir mais revitimização e frustração para quem sofre violência. Além disso, deve-se buscar um olhar atento primeiramente para quem sofre violência, bem como para a comunidade universitária e para aqueles que exercem as violências (RAMÍREZ, 2019).

Barreto (2017) descreve que na vivência de violência, existem barreiras que dificultam o enfrentamento de quem sofre. Em um primeiro momento há uma dificuldade de reconhecer a violência sofrida, posteriormente, ainda compreendendo o que foi vivido, existem sentimentos de vergonha, medo, culpa e ambivalências. Dependendo da situação em que a vítima se encontra poderá ser realizada uma denúncia, caso contrário, a pessoa que sofreu a violência permanecerá em silêncio e não será possível uma revelação do caso. No entanto, o silêncio pessoal é um fator de risco para as mulheres que estão sofrendo violência.

As recentes mobilizações presentes nas universidades mostram que se podem construir práticas que acolham as mulheres e que se deve reconhecer, desnaturalizar e questionar os saberes violentos existentes. Ainda, “quando as mulheres passam a reconhecer a violência enquanto tal, o pilar que a sustenta começa a ruir” (MICHETTI; METTENHEIM, 2019, p. 26). Ademais, “una universidad libre de violencia de género es posible, sí y sólo sí, asumimos que somos parte del problema y que para su transformación debemos ser parte de la solución” (LÓPEZ, 2019, p. 4).

Para enfrentar as violências, Fiori (2020) em entrevista com a antropóloga Heloisa Buarque de Holanda, destaca que existe uma espécie de tripé, três universos que precisam ser pensados: acolhimento, investigação/punição de agressores e educação/prevenção. Esses três componentes devem estar presentes nas instituições de ensino superior e deve-se levar em conta que nos centros de acolhimento criados, as pessoas que compõem a equipe deverão ser capacitadas para uma melhor compreensão de aspectos relacionados à gênero, raça e sexualidade.

Podemos pensar ainda que é necessário realizar encontros que discutam diferentes conceitos relacionados à violência contribuindo para que se tenha um conhecimento sobre o tema e também promova reflexões entre quem participa. Dessa forma, é importante a capacitação e a conscientização da comunidade acadêmica sobre o tema. Só será possível avançar na redução da violência de gênero com a modificação de valores e crenças de todos aqueles envolvidos com as instituições, intervindo de forma transversal com a perspectiva de gênero. Os apontamentos das pesquisas nos levam a pensar que devemos ampliar nossa atenção em relação às violências, uma vez que não acontecem apenas no cotidiano acadêmico e nas relações em sala de aula, mas estão presentes especialmente nas festas, nos trotes e nas confraternizações.

Considerações Finais

Por meio de uma revisão integrativa, foi possível chegar ao nosso objetivo de compreender quais ações as universidades da América Latina têm proposto para o enfrentamento da violência contra as mulheres. Constatamos que a maioria dos artigos encontrados versam sobre protocolos de enfrentamento da violência no contexto universitário, mas salientam que a mera criação de tais protocolos não garante a erradicação de situações de violência, necessitando uma maior articulação e ações nas instituições.

Outro dado presente nas pesquisas diz respeito à mobilização de estudantes universitárias, majoritariamente mulheres, que tem se unido, por meio de redes sociais ou coletivos como forma de discutir sobre situações de violência sofridas e/ou que ocorrem no contexto universitário. Tais mobilizações têm contribuindo para que o assunto seja discutido, além disso é uma ferramenta potencializadora de protestos e denúncias. A internet também é utilizada, tanto como forma de mobilização, quanto como forma de denúncia pública, fazendo com que entidades e instituições passem a ver o caso e que ações sejam tomadas em relação a isso.

É relevante fazer menção de que o feminismo tem importante papel nas mudanças que vêm ocorrendo nas instituições no que se refere à violência. Como apresentamos no texto, tal movimento lutou e continua lutando por direitos das mulheres na sociedade, dentre suas pautas estão questões relacionadas à violência de gênero e sua erradicação. Assim, pensar ações e propostas para a erradicação da violência no contexto universitário deve levar em conta as questões de gênero

envolvidas em nossa sociedade e estudos realizados sobre o assunto. Pode-se pensar que está em curso, mesmo que de forma lenta e gradual, transformações significativas na nossa cultura e sociedade em decorrência da mobilização das mulheres.

Diante do estudo realizado e das informações levantadas sobre a problemática, consideramos que seja necessário que as instituições de ensino superior reconheçam que são ambientes onde as violências também acontecem, sendo necessário que haja uma mudança na forma de enfrentamento das violências. Deve haver a criação de comissões, grupos de estudos para compreender as violências existentes, levando em conta o contexto local, realizar levantamentos, buscar conhecer casos que já ocorreram e que medidas foram tomadas, compreender as demandas de discentes, docentes e funcionários/as.

Assim, com uma mobilização inicial de um grupo de trabalho é possível criar mecanismos legais. Arelado aos mesmos, torna-se pertinente a criação de um espaço específico destinado ao acolhimento de quem sofre violência e também de quem perpetua, havendo uma capacitação dos profissionais que atuarem nesse serviço. É necessário fazer com que a comunidade acadêmica compreenda o que é violência, reconheça as diferentes formas que ela se apresenta e, ainda, saiba como buscar ajuda e onde realizar denúncias. A instituição deve promover campanhas, rodas de conversa, criação de materiais educativos e informativos acerca da violência contra as mulheres no ambiente universitário, levando em consideração que esta não se restringe somente a estudantes, mas sim a qualquer pessoa inserida no ambiente acadêmico.

Referências

ALMEIDA, T. M. C. Violências contra mulheres nos espaços universitários. In: STEVENS et al. **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília, DF: Technopolitik, 2017. (p. 384-399).

ÁLVAREZ, J. A.; PEDRAZA, T. de A.. Estudiantes universitarias chilenas: discursos y prácticas contra la violencia sexista. **Nómadas**, Bogotá, v. 51, p. 31-47, 2019.

ÁVILA, M. B. Testimonio, segunda victimización y reparación. Movilización feminista frente a un caso de violación sexual en la Universidad. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 215-234, 2018.

ÁVILA, M. B.; GARRIDO, N. F. Institucionalización, violencia de género y demandas desde la base. **Nómadas**, Bogotá, n. 44, p. 201-217, 2016.

BARRETO, M. Violencia de género y denuncia pública en la universidad. **Revista Mexicana de Sociología**, México, v. 79, n. 2, p. 262-286, 2017.

BELLINI, D. M. G. Violência contra mulheres nas universidades: contribuições da produção científica para sua superação (Scielo e Web of Science 2016 e 2017). Dissertação de Mestrado. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2018.

BERMÚDEZ-URBINA, F. M. “Aquí los maestros no pegan porque ya no se acostumbra”: Expresiones de la violencia hacia las mujeres en la Universidad de Ciencias y Artes de Chiapas. **Península**, México, v. 9, n. 2, p. 15-40, 2014.

BLANCO, R.; SPATARO, C. Con/contra las estrategias institucionales: percepciones de estudiantes universitarios ante iniciativas contra violencias sexistas. **Nómadas**, Bogotá, v. 51, p. 173-189, 2019.

BUQUET, A.; MINGO, A.; MORENO, H. Imaginario occidental y expulsión de las mujeres de la educación superior. **Revista de la Educación Superior**, México, v. 47, n. 185, p. 83-108, 2018.

BUSTAMANTE, S. V. F. Ante las violencias contra universitarias: acción colectiva, estudiantil y feminista. **Nómadas**, Bogotá, v. 51, p. 243-255, 2019.

CERNA, D. C. Activismo feminista en las universidades mexicanas: la impronta política de las colectivas de estudiantes ante la violencia contra las mujeres. **Revista de la Educación Superior**, México, v. 49, n. 194, p. 135-155, 2020.

D'OLIVEIRA, A. F. Invisibilidade e banalização da violência contra as mulheres na universidade: reconhecer para mudar. **Interface**, Botucatu, v. 23, 2019.

ECHEVERRÍA, R. E. et al. Caracterización del hostigamiento y acoso sexual, denuncia y atención recibida por estudiantes universitarios mexicanos. **Revista de Psicología**, Santiago, v. 27, n. 2, p. 49-60, 2018.

FERNÁNDES, I. G. A violência de gênero no contexto da América Latina. **Pensar, Revista de Ciências Jurídicas**, Fortaleza, v. 17, n. 1, p. 161-194, 2012.

FIORI, A. L. Para enfrentar a violência sexual nas universidades, o tripé: acolhimento, normas específicas e educação. **Ponto Urbe** [Online], São Paulo, v. 26, p. 1-23, 2020.

GAMBOA SOLÍS, F. de M. Acoso sexual en la Universidad de protocolos y protocolos. **Nómadas**, Bogotá, v. 51, p. 211-221, 2019.

GARCÍA, A. A. E. Normalización de la violencia de género cómo obstáculo metodológico para su comprensión. **Nómadas**, Bogotá, v. 51, p. 85-97, 2019.

GONZÁLEZ-GÓMEZ, M. P.; ZUTTA-ARELLANO, D.; PERUGACHE-RODRÍGUEZ, A. Violencia basada en género dentro del contexto universitario: Visión de los administrativos, 2013-2015. **Universidad Y Salud**, Colômbia, v. 18, n. 2, p. 276-290, 2016.

GONZÁLEZ, G. Escraches en redes feministas universitarias: una estrategia contra la violencia de género hacia las mujeres. **Comunicación y Medios**, Chile, v. 40, p. 182, 2019. DOI: 10.5354/0719-1529.2019.53974.

GUINOT, H. V. Las universidades frente a la violencia de género. El alcance limitado de los mecanismos formales. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, Chile, v. 65, n. 238, p. 49-80, 2020.

GUZMÁN, E. C.; LOANGO, A. O. Dominación cruzada: racismos y violencias de género en la educación superior colombiana. **Nómadas**, Bogotá, v. 51, p. 257-265, 2019.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

IBARRA, M. E. et al. Violencias basadas en género: percepciones con base en un ejercicio de cartografía social. **Nómadas**, Bogotá, v. 51, p. 155-171, 2019.

GUARDERAS, Paz et al. Acoso sexual en las universidades ecuatorianas: validez de contenido de un instrumento de medición. **ALTERIDAD, Revista de Educación**, Ecuador, v. 13, nº 2, p. 214-226, 2018.

LÓPEZ-MOLINA, S. A.; VÁZQUEZ-GUERRERO, M. Las políticas de género en una universidad pública estatal: discrepancias institucionales. **Revista Iberoamericana De Educación Superior**, México, v. 9, n. 25, p. 138-156, 2018.

LÓPEZ, A. Violencia contra las mujeres en el ámbito universitario: una realidad emergente en la región. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 23, 2019.

MAITO, D. C. et al. Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 23, p. 474-481, 2019.

MARIN, J. C.; ARAÚJO, D. C. da S.; ESPIN NETO, J. O trote em uma faculdade de medicina: uma análise de seus excessos e influências socioeconômicas. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 4, p. 474-481, 2008.

HUERTA MATA, R. M.. Jóvenes universitarias en el Valle del Mezquital: autonomía frente a la violencia. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 56, 2019.

MICHETTI, M.; METTENHEIM, S. L. V. Gênero e violência simbólica em eventos esportivos universitários paulistas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 56, 2019.

MINGO, A.; MORENO, H. El ocioso intento de tapar el sol con un dedo: violencia de género en la universidad. **Perfiles educativos**, México, v. 37, n. 148, p. 138-155, 2015.

MINGO, A.; MORENO, H. Sexismo en la universidad. **Estudios Sociológicos**, México, v. 35, n. 105, p. 571-595, 2017.

MISSE, M. Alguns aspectos analíticos nas pesquisas da violência na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 33, n. 96, p. 23-38, 2019.

MORENO-CUBILLOS, C. L.; SEPÚLVEDA-GALLEGO, L. E.; RESTREPO-RENDÓN, L. F. Prevalencia de violencia y discriminación contra la mujer en la Facultad de Ciencias para la Salud, Universidad de Caldas, Colombia, 2010-2011. **Revista Colombiana de Obstetricia y Ginecología**, Colômbia, v. 64, n. 1, p. 12-20, 2013.

MORENO, H.; MINGO, A. Temor, desprecio y deseo como figuras del sexismo en la universidad. **Nómadas**, Bogotá, v. 51, p. 13-29, 2019.

MORENO REALPHE, S. P. et al. ¿“Sutilezas” de la discriminación y la violencia basada en el género? Situación de los y las estudiantes de pregrado y posgrado de una facultad de medicina en Bogotá D.C. **Revista Med**, Nova Granada, v. 23, n. 1, p. 27-37, 2015.

ORTMANN, C. Exclusión y violencia simbólica en la experiencia educativa de las estudiantes de ingeniería. **Revista Interdisciplinaria de Estudios de Género de El Colegio de México**, México, v. 3, n. 5, p. 209, 2016.

PEDRO, J. M.; BARLETTO, M. Movimentos feministas e academia: tensões e alianças. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 3-16, 2019.

PEÑARANDA, M. L. R. Fraternidad y luchas feministas contra el acoso sexual en la Universidad Nacional de Colombia. **Nómadas**, Bogotá, v. 51, p. 49-65, 2019.

PINTO, C. R. J. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

PORTO, M. O enfrentamento da violência no ambiente universitário: uma experiência na Universidade Federal do Acre. In: STEVENS et al. **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília, DF: Technopolitik, 2017. (p. 399-411).

RAMÍREZ, Ó. A. Q. Violencias de género e intervención institucional en la Universidad Nacional de Colombia. **Nómadas**, Bogotá, v. 51, p. 191-209, 2019.

SAGOT, M. Estrategias para enfrentar la violencia contra las mujeres: reflexiones feministas desde América Latina. **Athenea Digital, Revista de Pensamiento e Investigación social**, Barcelona, n. 14, p. 215-228, 2008.

SANDOVAL OBANDO, E.; PEÑA, J. C. Violencia de género y discriminación arbitraria en una universidad privada chilena: una exploración inicial. **Sophia**, Bogotá, v. 15, n. 2, p. 55-70, 2019.

SCAVONE, M. **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. Instituto Avon/Data Popular, 2015. Disponível em: http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf. Acesso em: 9 out. 2020.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R.. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

SOUZA, R. H. V.; FRANÇA, M. P. S.; PEREIRA, C. M. Violência de gênero e assédio sexual em uma Universidade Piauiense: aproximações ao campo de estudo. **Brazilian Journal of Development**, Paraná, v. 6, n. 5, p. 26705-26721, 2020.

VALLS, R. et al. Breaking the silence at spanish universities: findings from the first study of violence against women on campuses in Spain. **Violence against women**, v. 22, n. 13, p. 1519-1539, 2016.

VALLS, R. et al. ¿Violencia de género también en las universidades? Investigaciones al respecto. **Revista De Investigación Educativa**, v. 25, n. 1, p. 219-231, 2007.

VÁZQUEZ LABA, V. Lo “personal es política universitaria”: incumbencias de las universidades nacionales frente al acoso sexual. **La aljaba**, Buenos Aires, v. 21, n. 1, p. 1-11, 2017.

VÁZQUEZ LABA, V.; PALUMBO, M. How to Achieve the Common Good: Analysis of Discrimination and Violence Based on Gender Relations as Experienced by Male/Female Students at Universidad Nacional de San Martín, Argentina. **Cultura-hombre-sociedad**, Argentina, v. 29, n. 1, p. 385-397, 2019.

VIEIRA, L. J. E. de S. et al. Protocolos na atenção à saúde de mulheres em situação de violência sexual sob a ótica de profissionais de saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 12, p. 3957-3965, 2016.

VIGANO, S. de M. M.; LAFFIN, M. H. L. F. Mulheres, políticas públicas e combate à violência de gênero. **História**, São Paulo, v. 38, 2019.

GUERRERO, C. A. Z.; RODRÍGUEZ, A. D. P. P.; ARIAS, J. J. F. Manifestaciones de la violencia basada en género en docentes universitarios. **PSICOGENTE**, Colombia, v. 20, n. 37, p. 147-170, 2017.

SÁNCHEZ, F. J. Z. et al. Violencia de género sobre estudiantes universitarios(as). **Convergencia**, Toluca, v. 24, n. 75, p. 133-157, 2017.

ZURBANO-BERENGUER, B.; GORDILLO, M. D. G.; BERENGUER, A. Z. Z. A violência contra a mulher nos textos jurídicos da América Latina e do Caribe. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 3, 2019.

Recebido em 24/11/2020.

Aceito em 30/05/2022.